

ESTABILIZAÇÃO

Fazenda faz uma avaliação cautelosa do 20º mês do Real

Documento observa que crescimento superior a 4% depende do ajuste fiscal e do aumento da poupança

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O Ministério da Fazenda divulgou ontem documento com uma avaliação otimista e ao mesmo tempo cautelosa do 20º mês do Plano Real. As taxas de juros caíram 40% no período de março de 95 até o mês passado, a população de classe mais baixa conquistou um aumento de renda e até os trabalhadores assalariados, ou mesmo sem carteira assinada, conseguiram elevar a renda familiar, em alguns casos, em até 35%.

O Plano Real, na avaliação do ministro Pedro Malan, possibilitou a queda consistente da inflação, mas ainda tem obstáculos a enfrentar: o ajuste fiscal e o controle do déficit público. O documento deixa claro que enquanto o governo não conseguir elevar a poupança interna do País e controlar os gastos públicos

não se pode esperar por um crescimento da economia acima dos 4% do Produto Interno Bruto (PIB) projetados para 96.

O combate à inflação continua sendo o carro-chefe do sucesso do Plano Real, que teve início há dois anos com a adoção da URV. Há três semestres que as taxas são declinantes, principalmente a partir de uma análise do que aconteceu com os preços a partir de setembro de 94, mês que o Ministério da Fazenda considera como o início da inflação do real, a nova moeda.

No primeiro semestre do ano

passado, os índices registravam uma inflação média mensal de 1,68%, para uma taxa acumulada de 10,52%. No segundo semestre, os percentuais recuaram ainda mais e o ano encerrou com uma inflação média mensal de 1,21%, com um acumulado em seis meses (julho/dezembro) de 7,47%. Esse resultado é o mais baixo desde o final dos anos 50, se comparado com a variação do IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou desde o início dos anos 70, se a base de comparação foi o IPC da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

As perspectivas para os próximos meses são favoráveis. O documento prevê que até os preços dos aluguéis e serviços, que continuavam pressionando a inflação, já começam a recuar.

O documento assegura a continuidade do processo de queda das taxas de juros. Elas atingiram o pico de 4,26% ao mês em março do ano passado, caindo para 2,3% em fevereiro, o que representa uma queda de cerca de 40%. Uma redução ainda maior das taxas dependerá, segundo a equi-

pe de Pedro Malan, da redução da inadimplência e da carga fiscal, bem como de uma atitude menos conservadora dos bancos na concessão de crédito ou na exigência de menor prêmio de risco cobrado dos tomadores de empréstimo.

A política cambial não muda e nem se cogita um retorno à política adotada no passado, de indexar o câmbio aos índices de preços para aumentar a competitividade das exportações. O Ministério da Fazenda acredita que as vendas mensais ao exterior voltarão à casa dos US\$ 4 bilhões, garantindo um superávit comercial este ano.

QUEDA DA
INFLAÇÃO É
MAIOR
CONQUISTA